

Empresa de
Transmissão do
Espírito Santo S.A.-
ETES

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

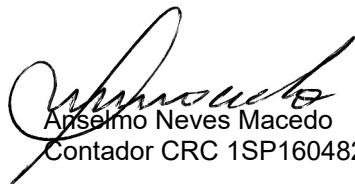


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
CIRCULANTE			
		23.106	23.633
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.631	2.027
Títulos e valores mobiliários	6	2.175	2.251
Contas a receber ativo financeiro	7	17.466	17.439
Outros ativos		834	1.916
NÃO CIRCULANTE			
		73.202	73.532
Contas a receber ativo financeiro	7	72.907	73.198
Depósitos judiciais		136	211
Imobilizado		159	123
TOTAL DO ATIVO		96.308	97.165
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		9.051	7.111
Empréstimos e financiamentos	8	-	3.938
Fornecedores		71	10
Impostos a recolher		166	583
Partes relacionadas - Dividendos		7.755	1.686
Encargos regulatórios		839	733
Outros passivos		220	161
NÃO CIRCULANTE			
		22.788	25.730
Empréstimos e financiamentos	8	-	16.319
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.000	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	10.110	8.678
Outros passivos		678	733
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		64.469	64.324
Capital social	11.1	29.064	29.064
Reservas de lucros		30.741	29.060
Dividendos adicionais propostos		4.664	6.200
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.308	97.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	13.530	12.944
CUSTO OPERACIONAIS			
Pessoal		(427)	(374)
Material		(117)	(42)
Serviços de terceiros		(809)	(489)
Outros		(119)	(279)
Custo de infraestrutura		(80)	(35)
		<u>(1.552)</u>	<u>(1.219)</u>
LUCRO BRUTO		11.978	11.725
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e administradores		(734)	(903)
Depreciação		(8)	(3)
Material		(2)	(26)
Serviços de terceiros		(274)	(303)
Outros		(145)	(177)
		<u>(1.163)</u>	<u>(1.412)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.815	10.313
Despesas financeiras	13	(1.657)	(2.111)
Receitas financeiras	13	640	595
		<u>(1.017)</u>	<u>(1.516)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.798	8.797
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(466)	(784)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.432)	(910)
		<u>(1.898)</u>	<u>(1.694)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.900	7.103
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$		<u>0,27181</u>	<u>0,24439</u>
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		<u>29.064</u>	<u>29.064</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.900	7.103
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>7.900</u>	<u>7.103</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		29.064	2.031	656	-	27.156	-	58.907
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.103	7.103
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	355	-	-	-	(355)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	(2.027)	2.027	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.686)	(1.686)
Dividendos adicionais propostos	11.2	-	-	-	6.200	-	(6.200)	-
Reserva de incentivos fiscais	11.2	-	-	889	-	-	(889)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		29.064	2.386	1.545	6.200	25.129	-	64.324
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	7.900	7.900
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	395	-	-	-	(395)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(1.555)	(1.555)
Dividendos adicionais propostos	11.2	-	-	-	4.664	-	(4.664)	-
Dividendos adicionais propostos aprovados	11.2	-	-	-	(6.200)	-	-	(6.200)
Reserva de incentivos fiscais	11.2	-	-	1.286	-	-	(1.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		29.064	2.781	2.831	4.664	25.129	-	64.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.798	8.797
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Juros e variações monetárias	1.621	1.986
Receita de aplicações financeiras	(195)	(267)
Atualização monetária - impostos a recuperar	(82)	-
Descontos financeiros obtidos	(1)	(2)
Depreciação e amortização	8	3
	11.149	10.517
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	264	(478)
Outros ativos	856	(285)
	1.120	(763)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	61	(150)
Encargos regulatórios	74	90
Tributos e contribuições sociais a recolher	(428)	800
Outros passivos	(19)	(488)
	(312)	252
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(72)	(800)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11.885	9.206
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	271	314
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(276)
Aplicações no imobilizado	(44)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	227	38
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.000	-
Pagamentos de dividendos	(1.686)	(2.640)
Amortização de principal e pagamento de juros do financiamento	(21.822)	(5.525)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(11.508)	(8.165)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	604	1.079
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	2.027	948
Saldo no final do exercício	2.631	2.027
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	604	1.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 14.308	IPCA

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis em 21 de fevereiro de 2018.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está inclusa na nota explicativa nº 7.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

As Contas a receber ativo financeiro são classificadas em duas categorias: a parte recuperada por meio da Receita Anual Permitida - RAP como “ativos financeiros pelo custo amortizado” e a parte recuperada pela indenização no final da concessão como “valor justo por meio do resultado”.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como custo amortizado.

3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Taxas regulamentares

3.6.1 Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.6.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.6.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.8 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias e são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia:

3.9.1 Receita de infraestrutura

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.9.2 **Receita de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.9.3 **Receita de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.9.4 **Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10 **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11 **Demonstração dos fluxos de caixa**

A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 **Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC**

Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou pronunciamentos serão efetivos para exercícios após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia não as adotou na preparação destas demonstrações contábeis e não planejam adotá-los de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47, 48 e 06 (R2) e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	604	15
Certificados de depósitos bancários	2.027	2.012
	2.631	2.027

Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou os contratos de financiamento do BNDES, porém aguarda o termo de quitação da dívida para liberar as aplicações financeiras vinculadas a esses contratos. Em 31 de dezembro de 2017 essas aplicações são remuneradas em 97,62% do CDI (96,54% do CDI em 31.12.2016).

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

Movimentação das contas a receber ativo financeiro	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	90.159
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.650
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 12)	12.575
Receita de infraestrutura (nota 12)	35
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(14.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	90.637
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.725
(-) Parcela variável	(7)
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 12)	12.420
Receita de infraestrutura (nota 12)	80
Recuperação das contas a receber ativo financeiro (baixa)	(15.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	90.373
Contas a receber ativo financeiro - circulante	17.466
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	72.907
	90.373

8 Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante		Não Circulante	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
BNDES	15/09/2023	TJLP + 2,37% a.a	-	2.113	-	11.860
BNDES	15/09/2023	TJLP + 2,38% a.a	-	293	-	1.644
BNDES	15/10/2019	4,5% a.a	-	1.532	-	2.815
			-	3.938	-	16.319

Em 14 de dezembro de 2017 houve a liquidação antecipada de todos os contratos acima mencionados.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (IFRIC 12) e CPC 05 - contratos de concessão. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruirão do benefício se dará nos próximos 2 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
b) Base de cálculo	37.316	37.316	32.746	32.746
Imposto diferido - base de cálculo (1)	23.568	37.316	19.648	32.746
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	13.748	-	13.098	-
Alíquota aplicada (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota aplicada (1)	5.892	3.358	4.912	2.947
Total tributo alíquota incentivada	859	-	819	-
Total IRPJ e CSLL diferido	6.751	3.358	5.731	2.947
Total IR e CS alíquota aplicada		9.250		7.859
Total IR e CS alíquota incentivada		859		819
		10.110		8.678

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real			Lucro Real	
	31/12/2015	Adições	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Imposto de renda diferido	5.401	330	5.731	1.020	6.751
Contribuição social diferida	2.367	580	2.947	412	3.359
	7.768	910	8.678	1.432	10.110

10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho da Administração	1	-	1	-
Total das ações	29.064.000	100,00	29.064.000	100,00

11.2 Reserva legal e destinação do resultado:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 20% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	7.900	7.103
Constituição de reserva legal (5%)	(395)	(355)
Incentivo fiscal	(1.286)	(889)
Subtotal	6.219	5.859
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.555)	(1.686)
Dividendos adicionais propostos (*)	(4.664)	(6.200)
Reserva de lucros	-	2.027
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A distribuição dos dividendos adicionais está sendo propostas "ad referendum" à assembleia de acionistas.

12 Receita operacional líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta	15.218	15.260
Receita de transmissão de energia (nota 7)	2.725	2.650
(-) Parcela variável	(7)	-
Remuneração das contas a receber ativo financeiro (nota 7)	12.420	12.575
Receita de infra-estrutura (nota 7)	80	35
Deduções da receita operacional	(1.688)	(2.316)
Programa de Integração Social - PIS	(192)	(315)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(884)	(1.414)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(409)	(394)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(140)	(132)
Taxa de fiscalização	(63)	(61)
Receita operacional líquida	13.530	12.944

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras	640	595
Receita de aplicações financeiras	537	423
Outros	103	172
Despesas financeiras	(1.657)	(2.111)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.565)	(1.900)
Atualização monetária	(56)	(86)
Outros	(36)	(125)
Total líquido	(1.017)	(1.516)

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro societário antes do IR e CS	9.798	9.798	8.797	8.797
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	7.849	7.849	8.607	8.607
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(12.420)	(12.420)	(12.575)	(12.575)
(+) Outros	14	(45)	140	140
Base de cálculo	5.241	5.182	4.969	4.969
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.286)	(466)	(1.219)	(447)
Lei Rouanet (-) 1%	-	-	8	-
Art. 69 Lei 12.973	-	-	18	7
Incentivo fiscal SUDENE	1.286	-	888	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(15)	(24)
Total dos tributos correntes	-	(466)	(320)	(464)
Total dos tributos diferidos	(1.020)	(412)	(330)	(580)
Despesa total com tributos	(1.020)	(878)	(650)	(1.044)
Alíquota efetiva	19,37%		19,26%	

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da alta Administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi de R\$ 178 e R\$ 212, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo de 31 de dezembro de 2017, descritos na nota explicativa 11.2, totalizando R\$ 7.755.

15.3 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 13 de dezembro de 2017, a controladora Alupar Investimentos S.A. realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de 12.000.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como ativos financeiros pelo custo amortizado (parte recuperada por meio da RAP) e valor justo por meio do resultado (parte recuperada pela indenização no final da concessão), e fornecedores como outros passivos financeiros.

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II o ativo financeiro e os títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

16.4 Análise de Sensibilidade

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários são remunerados pelo CDI, e Empréstimos e Financiamentos que é atualizado pela TJLP) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

16.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.5.1 Risco de crédito

a. Contas a receber ativo financeiro

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

16.5.2 Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

16.5.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.5.4 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

16.6 Risco operacional

16.6.1 Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

16.6.2 Risco técnico

A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários as realocações das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições. Em 31 dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui qualquer passivo atuarial decorrente dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.

* * *

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Técnico

Willian Yoshiyuki Takahagi
Contador - CRC 1 SP 263.345